

Finanças

GAZETA MERCANTIL



ACERTO EXTERNO

05 NOV 1991

Brasil aposta em negociação com o FMI

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

O Brasil retomou ontem, em Washington, as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com a expectativa de definir até o final desta semana os termos da carta de intenções que servirá de base para um acordo de ajuste do tipo "stand-by". Do ponto de vista do FMI, no entanto, a previsão inicial é de que os próximos cinco dias talvez não sejam suficientes para chegar-se a um entendimento final, não só em torno da carta, mas também do memorando técnico que a acompanha.

O memorando técnico contém as metas numéricas a serem seguidas pelo país que pleiteia um acordo com o fundo e, no caso do Brasil, apesar de as projeções fiscais estarem praticamente definidas, o FMI quer ter a certeza de que as metas serão cumpridas. As consequências do pacote tributário e a previsão de que garanta uma receita

fiscal extra em 1992 equivalente a US\$ 12 bilhões — a projeção anterior de US\$ 12,8 bilhões foi refeita em função da alteração do fim de semana — deverão ser detalhadas pela equipe brasileira para o FMI, além das discussões em torno das políticas monetária e cambial que também demandarão tempo.

CONCEITO PRIMÁRIO

O Brasil vai insistir na inclusão do conceito primário para medir as contas fiscais porque considera o mais relevante. Por esse critério, a meta de ajuste fiscal fica livre não só dos efeitos da inflação, mas também deixa de sofrer o impacto da política de altas nas taxas de juros. Justamente o que diferencia o conceito primário do operacional é que, além de não considerar as correções monetária e cambial, também tira fora dos cálculos as taxas de juros internas e externas. O conceito operacional trabalha com o impacto dos juros, apesar de

descontar os efeitos das correções monetária e cambial, enquanto o conceito nominal, tido pelo próprio fundo como o mais rigoroso, mede a situação fiscal do País, considerando o impacto da inflação sobre as contas públicas, além das taxas de juros.

Ontem à tarde, um primeiro encontro com o diretor do departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Sterie Beza, serviu para definir os temas de discussão e fixar a agenda de trabalho. A missão brasileira é formada pelo secretário especial de Assuntos Econômicos no Ministério da Economia, Roberto Macedo, pelos secretários nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente, e da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Wellisch; pelo diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, embaixador Denot Medeiros, pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Silvio

Rodrigues Alves, e pelo assessor para assuntos fiscais, Fábio Barbosa. Estes já estão em Washington.

Na quarta-feira devem chegar os diretores da Área Internacional do BC, Arminio Fraga Neto, e de Política Monetária, Pedro Luiz Bodin de Moraes. Wellisch esteve também ontem à tarde com técnicos do Banco Mundial (BIRD) para uma discussão técnica sobre um trabalho daquele organismo, ainda não publicado, e que trata justamente da questão tributária no Brasil. É possível que um debate mais amplo, em torno da situação econômica do País, ocorra ainda nesta semana com o BIRD, o que deixaria preparado o terreno para a aprovação de projetos setoriais assim que o País tiver fechado um acordo com o FMI.

ESFORÇO CONCENTRADO

A missão brasileira parece interessada em concentrar esforços nas negocia-

ções com o FMI, do qual depende não só para conseguir mais dinheiro do BIRD, mas também para acertar um acordo com os bancos credores internacionais e com as agências oficiais de financiamento que têm assento no Clube de Paris. Pedro Parente avalia que um ligeiro ganho para 1992 sobre a meta anteriormente fixada de 2% do PIB para o superávit primário seja conseguida a partir das medidas tributárias anunciadas na sexta-feira. "As contas estão sendo feitas no Brasil, mas é possível que dê um pouco mais do que 2% do PIB no ano que vem", disse ele, lembrando que neste caso também haveria uma melhora da meta do déficit operacional (este desconta as correções cambial e monetária) que, por enquanto, oficialmente, aponta para o nível de 2,6% do PIB em 1992. Para 1993, permanece a meta de superávit primário de 4% do PIB.

O governo brasileiro con-

sidera relevante a discussão com o FMI no sentido de que o critério do superávit primário passe a ser considerado, no ano que vem, como critério de performance para efeito de cumprimento de metas em substituição ao conceito de déficit operacional. Conforme avaliou para este jornal um conceituado membro da equipe econômica, "o conceito do superávit primário é o relevante porque mostra os resultados efetivos da política de controle fiscal, independente da política monetária que o governo seja obrigado a perseguir". Para que a novidade possa ser incluída já no próximo acordo com o FMI, primeiro é preciso que, além de concordar, o "staff" do FMI considere suficiente uma mudança nas regras estatísticas pelas quais as instituições financeiras brasileiras passariam a informar mensalmente ao BC sobre os juros dos empréstimos concedidos ao setor público.